

**A produção socioespacial da crise hídrica: institucionalidades, arenas sociais e conflitos na Baía da Ilha Grande, RJ****The socio-spatial production of the water crisis: institutions, social arenas and conflicts in Ilha Grande Bay, RJ**

Recebimento dos originais: 07/12/2016

Aceitação para publicação: 01/01/2017

**Lívia Antunes**

Pesquisadora no Laboratório Espaço & Redes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ; Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: antunes\_livia@yahoo.com.br

**Danielle Faria Peixoto**

Mestranda em Geografia da UFRJ

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: contato.daniellefaria@gmail.com

**RESUMO**

A temática da água é foco de análise de uma ampla rede de estudiosos, agentes políticos e econômico-sociais sofrendo, portanto, apropriações diversificadas influenciadas por diferentes construções socioculturais e cotas de poder. Entre aqueles que precisam da água para a básica necessidade de dessedentação e higiene pessoal e os que a utilizam para as atividades industriais ou na produção de alimentos, há um iminente conflito, potencializado pelo atual cenário de escassez. Como gerenciar os recursos hídricos de forma inclusiva, abrangendo todos os usos e interesses, todos os discursos e, principalmente, como vocalizar as demandas sociais? Os Comitês de Bacias Hidrográficas, espaços legítimos dotados de poder de gestão, são instrumentos efetivos de Planejamento e tomadas de decisão? Buscar entender o funcionamento desses supostos Fóruns de Governança, identificando suas potencialidades e vulnerabilidades, é contribuir para as discussões acerca das ferramentas e possibilidades de gerenciamento da atual “crise hídrica” que aflige o Sudeste brasileiro e possibilitar prognósticos de cenários futuros. O presente artigo é um fragmento de uma pesquisa do Laboratório Oficinas Redes e Espaço (LabORE) do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ sobre o Comitê da Ilha Grande/RJ e traz algumas reflexões e questionamentos pertinentes acerca da temática levantada.

**Palavras-chave:** Comitê de Bacia; Crise hídrica; Arenas sociopolíticas.

**ABSTRACT**

The theme of water is the focus of analysis of a wide network of scholars, political and socio-economic agents, suffering, therefore, diversified appropriations influenced by different socio-cultural constructions and dimensions of power. Among those who need water for the basic need of watering and personal hygiene and those who use it for industrial activities or food production, there is an imminent conflict, boosted by the current scenario of scarcity. How to manage water

resources in an inclusive way, encompassing all uses and interests, all discourses and, especially, how to vocalize social demands? Are the Watershed Committees, legitimate spaces with management power, effective instruments of Planning and decision making? Seeking to understand the functioning of these supposed Governance Forums, identifying their potentialities and vulnerabilities, is to contribute to the discussions about the tools and possibilities of management of the current "water crisis" that afflicts Southeastern Brazil and make possible future scenario predictions. This article is a fragment of a research from the Laboratory Workshops Networks and Space (LabORE) of the Institute of Research in Urban and Regional Planning of UFRJ on the Committee of Ilha Grande / RJ and brings some pertinent reflections and questions about the theme raised.

**Keywords:** Basin Committee. Water crisis. Sociopolitical arenas.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos a produção social do espaço e, conseqüentemente, do território e/ou dos múltiplos territórios que se sobrepõem e conflitam, portanto, entre si, admitimos uma ideia de disputa de interesses com construção de campos de tensão (Bordalo, 2014). Se esse discurso faz sentido pelo simples fato de existirem diversos grupos e atores sociais, políticos e econômicos cada um dotado de uma cota particular de poder e de um interesse difuso, se adicionamos uma situação onde o objeto "disputado" está atrelado a um discurso de escassez, tal contexto ganha ainda mais peso e pode adquirir uma dimensão responsável pelo deflagramento de um cenário de "crise".

A palavra crise é, muitas vezes, utilizada para denotar situações onde uma disputa de interesse alcança uma maior dimensão socioespacial, geralmente atrelada à falta aparente de algum recurso, seja ele do campo físico ou simbólico.

O ano de 2014 foi marcante, nesse sentido, para o deflagramento de um cenário de "crise" dos recursos hídricos no Sudeste Brasileiro. Milhares de habitantes, principalmente no Estado de São Paulo, se viram sem água até mesmo para as atividades mais básicas, como dessedentação e higiene pessoal.

Muito se discute até os dias atuais sobre as causas e conseqüências dessa crise, derivada, à princípio, por um longo período de estiagem de chuvas, de um lado e, por um modelo de gestão acostumado a lidar com grandes reservas do recurso água, por outro.

Nesse estudo procura-se analisar tais elementos através da leitura de MACIEL COSTA (2014), PIRES do RIO (2004; 2009), e RANDOLPH (2014), entre outros autores. Tais autores trazem, em uma análise conjugada, a possibilidade de leituras minuciosas das arenas argumentativas e dos arranjos sociopolíticos que, em constante interação e dinamismo, configuram, em diferentes escalas, a geografia desigual do acesso e distribuição tanto do recurso em disputa, no caso a água, quanto das oportunidades de tomada de decisão.

É com esse olhar que a pesquisa se insere num contexto da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro que vive, ainda nos dias atuais, episódios recorrentes de falta de água com consequente acirramento de conflitos entre atores sociais e político-econômicos.

Se "afastar" do foco da crise hídrica no Sudeste, no caso a Regiões Metropolitana de São Paulo e, em segundo momento, a RM do Rio de Janeiro é, ao mesmo tempo, possibilitar a ampliação do debate acerca da temática e demonstrar os espriamentos espaciais desiguais da crise e trazer à cena atores ainda não contemplados.

São objetivos do presente estudo a compreensão de como os agentes sociopolíticos da Baía da Ilha Grande se apropriam ou não das normas vigentes da Lei das Águas (9.433/97) e as utilizam na tomada de decisões; mapear os atores envolvidos, cotas de poder, e possíveis conflitos de interesses e campos de tensão que, eventualmente, se relacionam com o contexto de crise hídrica no Sudeste e, consequentemente, com a gestão dos recursos hídricos; situar o Comitê de bacia estudado nas relações interfederativas promovidas, a priori, pelo processo de descentralização político-administrativo; entender o cenário da gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica em questão, conflitos, arenas e institucionalidades.

## 2 MÉTODOS DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A fim de atender aos objetivos propostos, o projeto se divide em algumas etapas teóricas e práticas. Em uma primeira etapa metodológica, se realizou um aprofundamento bibliográfico referente ao objeto estudado e estudos *in loco*.

A segunda etapa consiste na obtenção de dados primários através da dedicação nos estudos *in loco*, que envolvem tanto o acompanhamento das plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas de todo Estado do Rio de Janeiro quanto a aplicação de questionários no Comitê da Ilha Grande e entrevistas com atores selecionados no âmbito da pesquisa. Tais visitas e acompanhamentos presenciais justificam-se pela necessidade de obtenção destas informações para esta pesquisa, uma vez que os dados secundários se mostram insuficientes para uma análise completa nesta escala de trabalho.

Para operacionalização, estas informações serão sistematizadas (em tabelas e mapas) e analisadas, de forma a obter os resultados supracitados e contribuir para o desenvolvimento dos estudos na área.

Seguem abaixo listados os Comitês de Bacia Hidrográfica que já foram visitados .

Quadro 1: Comitês de Bacias Hidrográficas visitados

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Macaé
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha
Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara
Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande

Acompanhar as plenárias de outros Comitês do Estado, não somente o da Ilha Grande, nos auxilia na compreensão de uma conjuntura que não pode ser entendida com o estudo de informações de uma realidade "isolada".

As escalas geográficas são interativas e tal interação diz, por si só, muito. Isso vale não somente para o simples fato das Bacias Hidrográficas serem sistemas abertos que trocam energia e matéria entre si (CHRISTOFOLETTI, 1987), como para as relações institucionais e pessoais que extravasam as fronteiras administrativas e hierárquicas.

A Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (RH I) se encontra ao Sul do estado do Rio de Janeiro e compreende os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba e conta com um Comitê de Bacia desde o ano de 2012, último Comitê a ser criado no estado.

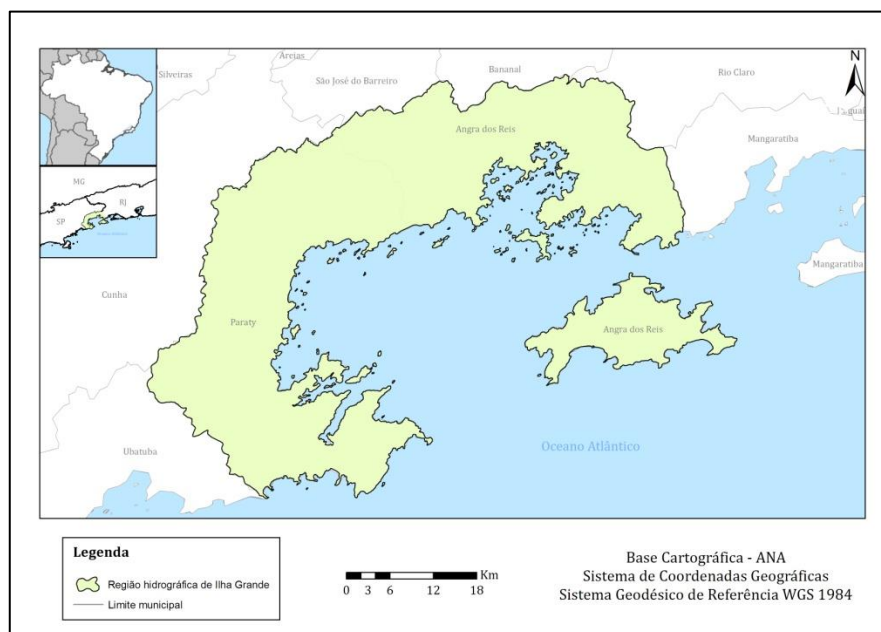


Figura 1: Região Hidrográfica de Ilha Grande

A região, que é internacionalmente conhecida por suas belezas naturais e pela existência de uma Usina Nuclear, tem na atividade turística e pesqueira suas maiores bases econômicas, o que demonstra a importância de uma gestão dos recursos hídricos eficaz.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/97, estabelece: I - a água é um bem de domínio público; II- a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III- em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV- a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar

o uso múltiplo das águas; V- a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da PNRH e atuação do SNGRH; VI- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

O código de águas (Decreto 24.643/43) já estabelecia a água como bem público, ou seja, a dominialidade, o controle, a gestão da água é feita pelo Estado. Sendo assim, nenhum ator ou grupo socioeconômico pode se apropriar desse "bem de uso comum", o que é possível é o pagamento pelo uso deste. O que a Política Nacional de Recursos Hídricos trouxe de "novo" foi um desenho geográfico até então não utilizado nessa gestão, que compreende os limites físicos das bacias hidrográficas e um modelo de gestão co-participativo que insere novos atores sociais e econômicos nos Comitês de Bacias Hidrográficas que regula, por exemplo, a cobrança pelo uso da água e os usos múltiplos (fora em situações consideradas de escassez).

Nos seus 20 anos de vigência, a Lei das Águas gerou e ainda gera muitos debates acerca desse modelo de gestão e dos fundamentos que regem seu texto e determinações, a começar pelo conceito de "bem de domínio público".

A água, sob ponto de vista do Direito Ambiental, é entendida como "bem de uso comum", ou seja, esta é "um recurso essencial para o fluxo de vida e saúde dos ecossistemas, insubstituível e fortemente ligada às comunidades e ecossistemas, através do ciclo hidrossocial" (BAKKER, 2007 *apud* SHIVA, 2002; MACIEL COSTA, 2013).

Diversas organizações sociais e comunitárias, ao longo da história, podem ser citadas na gestão e regulação do uso comum desse bem. Os povos árabes, por exemplo, "detêm uma grande tradição de convivência com a água em áreas desérticas e semiáridas, sendo os espanhóis herdeiros de muitas dessas regras para lidar com a seca" (MACIEL COSTA, 2013).

Não podemos também deixar de fora os sertanejos brasileiros que vivenciam um regime pluvial de região semi-árida com meses de estiagem e, por isso, desenvolveram ao longo dos anos um conhecimento climatológico muito peculiar que mereceu a atenção, inclusive, da NASA, devido a seu elevado índice de precisão e ao sistema desenvolvido das culturas de vazante que aproveita o mínimo de água disponível de maneira extraordinária (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Segundo Gomes (2011):

A expropriação do direito à água pelo Estado tem sido justificada principalmente pela ameaça futura de escassez. Essa "crise" da água com suas causas e consequências, poluição e desperdício na distribuição, guerras, suscita diversos diagnósticos e diferentes soluções. Significativa maioria dos especialistas recomenda como resposta ao problema adoção de um novo modelo de gestão- dotar a água de valor econômico.

Se a seca ou a ameaça de escassez é, de alguma maneira, apropriada por gestores que tendem a pensar em soluções governistas ou mercadológicas, como forma de "publicizar" a água

(GOMES, 2011) e, permitir a aquisição desta apenas por meio de mercado, diminuindo, em teoria, os conflitos preexistentes entre os diferentes atores sociais e econômicos, o que dizer desses povos que durante gerações trabalharam em comunidade para conseguir ter acesso a uma pouca água disponível, se valendo de técnicas elaboradas e instalando poços de uso comum que permitiam a toda a vizinhança ter acesso a esse bem, teoricamente, alienável e essencial à vida?

Essas instituições sociais são menos legítimas para gerir a água dita "bem comum" do que o Estado? Elas aceleraram ou mesmo promoveram situações de escassez ou contribuíram, inclusive, para que o Estado pensasse "formas" de gestão institucional?

Não pretendemos aqui afirmar que um ou outro ou ator é mais ou menos legítimo para gerir os recursos hídricos de determinada região, no entanto, é válida essa colocação para entendermos que há um terceiro campo esquecido, o do manejo comunitário de bens comuns, muitas vezes nem considerado como forma possível e com considerável "sucesso" na regulação do uso e da distribuição da água. Alguns autores chegam a colocar que essas instituições promoviam um acesso mais igualitário entre os atores sociais envolvidos, sem depreciar as atividades econômicas locais e/ou regionais, quando o Estado, ao dotar a água de valor econômico baseado no discurso de crise e escassez, tem promovido a ampliação de um cenário de desigualdade (GOMES, 2011; MACIEL COSTA, 2013, CARVALHO, 2005).

Por outro lado, outra corrente de pensadores acredita que, ao criar a figura dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o Estado inclui tais atores formando um modelo co-participativo que tem na governança a base para a tomada de decisões "horizontal".

#### **4 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Os Comitês de Bacias Hidrográficas criados nos anos 1990 certamente representam um avanço para um processo de gestão democrático e cooperativo, ao possibilitar a inclusão de outras escalas e atores. De acordo com a PNRH, são atribuições dos Comitês: I - arbitrar, em primeira instância, conflitos relacionados à Bacia Hidrográfica; II - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, bem como acompanhar a sua execução e; III - estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir valores (BRASIL, 1997). Ainda segundo Pepe & Filho (2011) cabe também aos comitês "propor projetos e programas que visem a sustentabilidade da bacia hidrográfica e estimular a criação de sub-comitês e consórcios intermunicipais".

O funcionamento desses fóruns se baseia numa composição tripartite que engloba o Poder Público (federal, estadual e municipal), usuários (empresas, indústrias concessionárias de serviços de abastecimento e saneamento de água) e a sociedade civil organizada que tenha relações com os



recursos hídricos na bacia em questão (ONGs, associações de moradores, universidades e escolas técnicas, etc.).

A proporcionalidade dessa composição foi definida pela Resolução nº 05 de Abril de 2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Art. 8º: I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos; II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal; III – número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos;

Como vemos a Resolução estabelece os parâmetros mínimos e máximos da participação de cada setor. Os usuários não podem ocupar mais que 40% das cadeiras disponíveis, assim como a soma das esferas do Poder Público também não pode ultrapassar essa porcentagem. No entanto é interessante notar que a porcentagem mínima estabelecida para a participação social é realmente *mínima*, o que pode abrir brechas para uma pouca presença desse setor e até estimular divisões desiguais nas plenárias e diretorias.

Conforme estabelecido pela PNRH os Comitês possuem capacidade normativa, deliberativa e consultiva na bacia hidrográfica sob sua jurisdição. São tais órgãos os primeiros a terem contato direto com os conflitos de usos, como problemas de abastecimento e poluição dos corpos hídricos, sendo eles responsáveis pela notificação aos órgãos competentes de possíveis irregularidades na captação e outorga da água e pela solicitação da implementação de medidas punitivas.

Por arbitrar, em primeira instância, os conflitos existentes na bacia hidrográfica entende-se por mediar os desacordos em busca de um consenso entre as partes envolvidas. No entanto é importante ressaltar que os CBHs não possuem caráter jurídico, apenas administrativo, sendo as negociações ocorridas no âmbito destes, muitas vezes, uma alternativa à judicialização dos conflitos.

Para Jacobi (2006), o processo de descentralização político-administrativo que culminou na criação de políticas públicas como a PNRH, que introduziram a participação social, se deu concomitantemente à uma crise da estrutura estatal diante do neoliberalismo e à inquietação da sociedade civil quanto à sua posição nos processos de tomada de decisão.

O surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está relacionado com as mudanças na matriz sóciopolítica através de um maior questionamento sobre o papel do estado como principal agente indutor das políticas sociais. A noção de

participação é pensada principalmente pela ótica dos grupos interessados e não apenas da perspectiva dos interesses globais definidos pelo estado. O principal desafio que se coloca é de construir uma ordem societária baseada na articulação da democracia política com a participação social, representada por uma maior permeabilidade da gestão às demandas dos diversos sujeitos sociais e políticos. Essa perspectiva abre a possibilidade de buscar a articulação entre a implantação de práticas descentralizadoras e uma engenharia institucional que concilia participação com heterogeneidade, formas mais ativas de representatividade (JACOBI, 2006, p. 217).

Nessa lógica, ao criar a figura dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o Estado incluiria atores desfavorecidos pela lógica de mercado nas decisões acerca da cobrança e do uso múltiplo da água e propiciaria um cenário horizontal, aparentemente menos desigual, que tem no recorte espacial da bacia hidrográfica a materialização dessa gestão participativa.

A Lei das Águas (9.433/97), no seu cap. III, art. 38-II diz: " Os Comitês irão arbitrar em 1ª instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos".

Mas, se por um lado, considerar como avanço a participação pública no planejamento e nas decisões em relação à gestão dos recursos hídricos, por outro lado deve-se ver nisso, na verdade, um grande desafio, já que a falta ao país a tradição pública nas tomadas de decisão. (CARVALHO, 2005, p. 76).

Não somente dessa falta de tradição vem os desafios a serem vencidos. Há mesmo que se considerar que o território não é homogêneo a ponto de contemplar discursos tão distintos numa tomada de decisão "horizontal". As disputas de interesse existentes entre Poder Público, Usuários e Sociedade Civil, tríade base dos CBHs, não são abandonadas à medida que os representantes desses setores adentram as reuniões plenárias, pelo contrário, elas se reascendem e se reformulam como forma oficial de confronto e resistência. Além desse fato há uma relevante disparidade a ser considerada que inclui desde desconhecimento técnico sobre o assunto e falta de entendimento do sistema de gestão por parte de alguns membros, até a real desigualdade de poder entre os atores envolvidos que faz desse espaço, muitas vezes, espelho de um cotidiano vivenciado por estes. Colocar atores diversos, dotados de desiguais cotas de poder num mesmo aparelho que, aparentemente, dá o mesmo direito de voto a todos, não implica em "igualar" os atores, e tende, até mesmo, a deixar mais claro o "buraco negro" que separa a sociedade de forma geral. Nas palavras de Acserald (2009), "aqueles atores que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posição privilegiada no campo das representações e ideias", e no espaço de gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas não é diferente.

Apesar da composição dos Comitês objetivarem maior equilíbrio e simetria entre os agentes na gestão da água o peso político e econômico de alguns deles reforça a assimetria e,



consequentemente, viabiliza alianças que intervêm na orientação dos investimentos que são objeto do plano (PIRES do RIO, 2004, p.9).

Não obstante a esse aspecto temos o fato de que a própria espacialidade das bacias hidrográficas que é, de alguma maneira, apreendida por essa instituição como forma de delimitar o espaço de gestão e, consequentemente, de suas responsabilidades, é o esboço, a materialização de tais desigualdades que não suporta, portanto, uma aglutinação, uma "homogeneização" para fins de gestão. Para Pires do Rio & Peixoto (2001), ao institucionalizar a bacia de drenagem:

A PNRH criou uma nova arena para diversificadas alianças intervenientes na gestão territorial e ambiental das quais os recursos hídricos fazem parte. A bacia hidrográfica perde seu conteúdo de substrato natural para assumir importância como entidade na qual se manifestam os conflitos e torna-se, portanto, construção política (PIRES DO RIO & PEIXOTO, 2001, p. 64) .

Essa construção política se baseia no modelo da participação social e da governança que pode ser entendida sob a ótica da descentralização e, consequentemente, do neoliberalismo. O tópico abaixo procura fazer uma análise crítica dessa organização política e das implicações das inter-relações entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil. Como é de imaginar essa convivência sempre ocorreu, de certa forma, e em diferentes escalas, cabe, portanto, a explanação de elementos que demonstrem os prós e contras da "oficialização" desse modelo de gestão territorial.

## **5 GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE – UMA LEITURA CRÍTICA DA ESTRUTURA PARTICIPATIVA**

Como vimos na demonstração do funcionamento dos Comitês de bacia, há, com a PNRH a inserção de agentes espaciais até então não contemplados, formando uma representação tripartite com a co-presença do Poder Público, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. Cada "setor" representaria, pois, uma visão, um modo de apropriação do território e da água, o que tornaria possível a contemplação de um cenário mais amplo. No entanto é mesmo ilusório supor que todos os envolvidos terão as mesmas condições de entender e/ou mesmo construir discursos e transformá-los em ação. O Estado continua sendo, nesse cenário, aquele que acaba por centralizar a tomada de decisões, não somente dentro do arcabouço dos comitês, mas fora deles, na sobreposição das superfícies de regulação que este mesmo criou e possibilitou.

Se faz necessária, portanto, uma leitura crítica do Estado, enquanto ente político que ainda detém considerável cota de poder e legitimidade constitucional para exercê-lo. De acordo com Randolph (2016) para se analisar as estruturas e ações do Estado é preciso enxergá-lo não como um sujeito político unitário, nem como simplesmente um instrumento isolado das contradições do

sistema capitalista e, conseqüentemente, da sociedade civil, ou seja, o "Estado não é uma variável independente".

Visto que o Estado não é uma arena em sua totalidade, mas diversas arenas que se constroem e (des) constroem de acordo com interesses, inter-relações e modificações na matriz social, é preciso se distanciar das análises que colocam o Estado como agente neutro subordinado à lógica capitalista, como se este não se relacionasse e fundamentasse no âmbito desse sistema.

De acordo com Offe (1981) há um processo de retroalimentação entre o poder governamental e os interesses capitalistas. Nesse sentido a seletividade é fator indispensável para entender o caráter classista do Estado.

É através da seletividade- a restrição sistemática de um espaço de possibilidade- e de suas 3 diferentes formas (coordenadora/regulativa, repressiva, divergente) que se estabelece e se exerce uma dominação política (classista) que preserva a aparência da neutralidade de classe. Essa seletividade se constitui por meio de um processo dialético (circular). Sua institucionalização em determinados aparelhos estatais é tanto resultado como condição da disputa pelo poder entre forças sociais e políticas (RANDOLPH, 2015).

Podemos, desse modo, entender a seletividade como importante instrumento utilizado para privilegiar determinados interesses em detrimento de outros. É sob essa lógica que buscaremos aqui fazer uma leitura crítica dos mecanismos de governança e governabilidade, entendidos por muitos autores contemporâneos como a grande solução para os conflitos existentes entre sociedade civil, Poder Público e iniciativa privada, visto que estas uniriam, de forma *horizontal* e *democrática* os interesses de todos os atores envolvidos acabando, assim, com o monopólio e hierarquia da gestão e tomada de decisões *top down*.

A tomada de decisões de caráter isolado e centralizador por parte de agentes governamentais, empresariais ou comunitários podem comprometer e até inviabilizar, quaisquer perspectivas de consolidação da gestão dos recursos naturais. Também pode colocar em xeque os acordos e tratados assinados, inviabilizando assim as possibilidades de ordenação e regularização no acesso, apropriação e uso desses recursos, por parte dos diversos atores, levando ao risco de conflitos sociais e na sua degradação e exaustão (BORDALO, 2008, p 57).

É preciso, primeiramente, colocar que o que trataremos aqui como governança não é, em nenhum sentido, aquela entendida como governança corporativa e própria do funcionamento das estruturas de empresas privadas. Apesar do que conhecemos hoje como *governança territorial* ou *governabilidade*- sendo as duas aqui tratadas como sinônimas para fins de exemplificação- terem nascido no âmbito das expressões mercadológicas tais como eficácia e eficiência, com muitas de suas características e metas espelhadas desse sistema - daí a crítica feroz à governança como sendo mais uma tática de neoliberalização- estas não são, necessariamente, equivalentes.

Dallabrida (2011), por exemplo, coloca:

Concebendo governança territorial como o conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais (DALLABRIDA, 2011, p 13)

O referido autor se refere ao processo de descentralização político-administrativa brasileiro como " institucionalização de novas escalas territoriais de governança", embora seja coerente colocar que esse processo, por vezes, se demonstra como sendo mais de desconcentração do que, propriamente, descentralização (GUSMÃO, 2009) devido à pouca capacidade dos governos municipais em arcarem com a transferência de responsabilidades.

Esse exemplo dialoga com outras escalas da chamada governança, ou, segundo Porto Amorim (2011), da governabilidade, sendo esta a que "caracteriza a modalidade de exercício de um poder (...) um modo de gestão e não um sistema de governo. A governabilidade é um triângulo onde estão lado a lado os poderes públicos, os interesses privados e comunidade" (CAMDESSUS et al., 2005 apud PORTO AMORIM, 2011).

Esse triângulo tem, por vezes, sido evocado como formato institucionalizado e mesmo regulatório (se pensamos, por exemplo, nos Conselhos Deliberativos de Unidades de Conservação ou dos Comitês de Bacias Hidrográficas) para a mediação e resolução de conflitos socioambientais, principalmente aqueles relacionados à apropriação dos bens e recursos entendidos de uso comum. Esse modelo renasce em meio a uma crítica recorrente da *incapacidade* do Estado em lidar com as demandas e os subsequentes conflitos que surgem nas interfaces territoriais, à notória dificuldade deste em fiscalizar e penalizar atores infratores e a uma demanda por participação social. Em relação à água, de acordo com Camdessus (2005), a governabilidade tornaria possível o enfrentamento aos vícios da política comum:

A governabilidade tem como efeito o fim do monopólio do Estado na função de representar os interesses coletivo. A política da água estaria assim resguardada dos *vícios da política comum*: os poderes públicos cumprem a função de legislar sobre a política da água, mas sempre a partir dos costumes dos usuários; as *leis do mercado* são aceitas pelo Estado, que as regulam mas não restringem; as empresas privadas são constantemente monitoradas pela sociedade civil através de associações de usuários- uma relação típica entre *produtores* e *consumidores*- que controlam a qualidade dos serviços prestados (inclusive o preço) (CAMDESSUS apud PORTO AMORIM, 2011, p.78).

No entanto nota-se alguns pontos no mínimo discrepantes nesse discurso. Primeiro, como vimos anteriormente com a exposição de Randolph e Offe, o Estado não é um ator isolado que pode, portanto, ser colocado enquanto esfera *una* e como culpado dos vícios de uma política que, antes de tudo, é fruto de uma arena " na qual ocorrem as mudanças da própria matriz social que

expressa a distribuição do poder social que determina as chances de formar e mudar a realidade política" (RANDOLPH, 2015). Por outro lado, vemos claramente um discurso neoliberalista e capitalista que, antes não colocar o Estado em seu "lugar" de regulador (até onde lhe cabe regular), insere a água nas mesmas leis de mercado que regem as relações de qualquer outro produto. Por governabilidade da água poderíamos entender abertura de uma frente de mercado para a iniciativa privada?

De acordo com Bordalo (2008):

A materialização desta ideia depende da compreensão da natureza como bem público e, por consequência, da capacidade do Estado e das organizações comunitárias em assumir seus papéis de gestores de patrimônio natural num contexto de transformações sociais (...) Essa capacidade (...) representa um avanço significativo no processo de controle e arbitragem das ações implementadas pelos diferentes atores privados e públicos, em relação ao acesso, a apropriação e uso dos recursos naturais.

Mas como superar os conflitos existentes entre Estado e sociedade civil para que ocorra, de fato, uma parceria, uma gestão compartilhada? Ou ainda, como "empoderar" os atores sociais para que estes sejam realmente capazes de responder às demandas que estão inseridas no processo de gestão e tomada de decisões?

Deixando mesmo essa desigualdade de acesso às cotas de poder de lado, é de se questionar também essa *incapacidade* do Estado em lidar sozinho com as demandas territoriais. O não-funcionamento do Estado não é algo dado, sólido e livre de intencionalidade. Os "fracassos" muitas vezes são muito úteis para justificar políticas neoliberais que acabam por promover discursos de privatização da água.

Antes do fim da Guerra Fria, o mercado controlava empresas bélicas e de bens de consumo e os Estados os setores menos lucrativos, como os de serviços e infraestrutura. Com o fim da guerra e a entrada de economias ex-socialistas no mercado mundial, a iniciativa privada passa a disputar com os Estados as atividades antes praticadas por este, devido à diminuição dos ganhos com a indústria bélica e dos avanços científicos que permitiram o aumento da lucratividade nos setores de serviços (PORTO AMORIM, 2011, p. 89).

O fim da Guerra Fria consolidou a entrada do capital privado no setor dos serviços e, conseqüentemente, a influência das empresas na formulação de políticas públicas, na gestão do território e na consolidação de modelos que possibilitassem isso, como por exemplo, as iniciativas de governança representadas pela criação de consórcios, conselhos, comitês e associações

A inserção dos atores econômicos nesses espaços tornou possível a dissipação de discursos que, como colocado anteriormente, advém da necessidade de manutenção de uma estrutura social de privilégios e desigualdades, sendo os discursos de escassez amplamente utilizados nas mais

diversas agendas e situações que extravasam as fronteiras dos fóruns de governança, refletindo na configuração territorial pretendida.

O discurso da escassez está longe de ser neutro ou ingênuo sendo, sim, um discurso interessado. É que a tradição da economia liberal, ao contrário do que pretendia ser prócer, Adam Smith, não tem nada a dizer sobre a riqueza, na medida que seu conceito-chave é o de escassez que, rigorosamente, é o contrário de riqueza (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 5-6).

A maneira de não dar visão às riquezas é fazer com os recursos disponíveis pareçam escassos. A escassez sim pode virar um mercado possibilitado pelo fato do Estado ser incapaz de geri-lo e corroborado pela própria sociedade civil que participa da gestão através dos fóruns de governança. Esse modelo nada muda a estrutura da sociedade, apenas coloca as peças do jogo dispostas de uma maneira que pareça despretenciosa e desprovida de intencionalidade. No entanto é preciso reconhecer que vivemos num sistema onde as cotas de poder são distribuídas de modo a garantir a sustentabilidade de uma elite social que dá as cartas do jogo, refuncionalizando seu funcionamento à medida que se torna necessário.

De acordo com RANDOLPH (2016) " os traços definitivos da forma normal do tipo capitalista de Estado são as instituições democráticas e a liderança hegemônica de classe". Essa fala reforça a necessidade de se afastar de um pensamento ingênuo que atribui à governança ou à governabilidade uma conquista social de participação na gestão de suas próprias vidas. Apesar dessa demanda ser legítima e parte do processo de configuração desse cenário, as cotas de poder ainda são as mesmas, assim como os atores que as detém.

No campo das disputas pela água isso adquire clareza assustadora e nos revela que o direito à água proclamado pela ONU nada tem a dizer frente à privatização da água e às expropriações das terras e desse bem de uso comum. A *governança das águas* em nada tem mudado esse cenário que parece caminhar no mesmo sentido dos fluxos de capital e daqueles que o controlam.

Abaixo faremos uma breve leitura da crise hídrica no Sudeste brasileiro, entendida no presente trabalho como uma construção socioespacial nascida no âmbito das discussões apresentadas anteriormente.

## **6 CRISE HÍDRICA NO SUDESTE BRASILEIRO – PORQUE O PROBLEMA DA SECA É A CRISE PARA NÓS E NÃO PARA O NORDESTE**

Considerando as colocações acima iremos fazer uma breve discussão do que é tratado como problema da seca no Nordeste e crise hídrica no Sudeste.

É preciso, primeiramente, levando em conta que estamos chamando aqui de crise os territórios acirrados de disputas, abandonar a relação desse "fenômeno" com o tempo que ele leva para ser "solucionado".

A falta de água para consumo humano no Nordeste nunca foi tratada como uma crise. Ela sempre foi entendida como um problema climático inerente àquela região. Esse olhar que tira a responsabilidade do ator social ou político, colocando a questão como algo acima da vontade humana, algo que não conseguimos mudar, mesmo com muito esforço, como os longos meses sem chuva no semi-árido nordestino, facilita a aceitação do problema e, ao mesmo tempo, condiciona o território a se adequar a isso.

É claro que a natureza semi-árida de uma considerável parte do Nordeste brasileiro não pode ser desconsiderada, tendo esse aspecto uma importância fundamental no modo como a população local se apropria dos "espaços" disponíveis. No entanto, naturalizar todo o processo histórico de construção de um cenário de seca é algo que soa como uma tentativa de homogeneização desse território tão complexo e diversificado.

De acordo com Castro (2013):

As especificidades do eco-sistema semi-árido possibilitaram um modo de ocupação e um sistema de atores que fizeram em conjunto um espaço muito particular. Este espaço tem sido apresentado historicamente pelo filtro da conscientização coletiva sobre as dificuldades impostas por este meio que depende dos azares climáticos. A natureza aí é um ente quase metafísico, é fortemente fantasiada e trabalhada nos discursos, da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial. Neste sentido, o imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica, apesar de toda a tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sócio-político e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares.

Entender a seca no Nordeste como uma construção sociopolítica é essencial para compreender os territórios nordestinos em suas desigualdades e disputas e se afastar de uma ideia hegemônica da seca como entidade material onipresente.

Esse exercício é válido também para nos permitirmos pensar as diferenças entre esse cenário e o da crise hídrica no Sudeste.

A chamada "Crise Hídrica do Sudeste" é um processo que se iniciou em 2013 no estado de São Paulo e se estendeu principalmente para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais nos anos de 2014 e 2015, apresentando resultados ainda em 2016.

Ainda que os estudos a respeito dos impactos socioeconômicos sejam escassos, abundam respostas técnicas a respeito de suas causas e resultados ambientais e climatológicos que advém, sobretudo, segundo especialistas, da alta subtropical do Atlântico Sul, que inibe o principal canal de



umidade amazônica responsável por provocar chuvas regulares no Centro-Sul do país. Outras causas apontadas pelos especialistas são o desmatamento, a ocupação desenfreada dos mananciais e a falta de planejamento do governo.

Os "resultados" destes fenômenos foram vários e amplamente noticiados na imprensa nacional, fato que já demonstra a diferença explícita entre a falta de água que nos acometeu no Sudeste e aquela que é já parte do imaginário dos agentes sociais do Nordeste.

Tivemos aqui uma situação mais grave do que a existente há anos em tantos territórios nordestinos? As escalas temporais e espaciais são tão distintas que exigem medidas e intervenções que extravasam as institucionalidades competentes, no caso, os Comitês de Bacias Hidrográficas? Por que os ânimos dos municípios e estados envolvidos se alteraram de modo a criar uma chamada "crise"?

Nesse sentido é interessante mesmo pensar: O que está em disputa? A água, elemento essencial à vida, ou o acesso a mais um recurso capitalizado que está nas mãos de uns poucos agentes que decidem, portanto, seus usos, sua "natureza", sua distribuição? Em qual arena esses atores disputam pela hegemonia de seus interesses e qual arranjo territorial produzido por tais discursos?

De acordo com Pires do Rio *et al* (2016) "a escala da crise revela situações de articulação que estão muito além da bacia hidrográfica", deixando visível, de certo modo, sobreposições entre as escalas de gestão, de regulação e, conseqüentemente de poder.

Os autores propõem, então, uma leitura da chamada crise através de uma análise *geoinstitucional*.

O termo *geoinstitucional* é empregado no sentido especificado por Pires do Rio (2008), isto é, envolve o domínio, a posse e o controle dos sistemas terra-água. A análise geoinstitucional pauta-se pelo reconhecimento de interações e relações entre redes técnicas, regulação e espaço. Na questão da água, isso implica considerar as crescentes polarizações entre público e privado, entre diferentes escalas (global, regional e local) e/ ou entre as políticas ambientais, as políticas de regulação e aquelas indutoras de comportamento. Trata-se, portanto, da sobreposição de diferentes superfícies de regulação (PIRES DO RIO *et al*, 2016, p. 105).

## **7 ATORES, DISCURSOS E CONFLITOS**

Uma análise geoinstitucional é útil às discussões pretendidas por tornar possível a visualização das diferenciações espaciais das superfícies de regulação envolvidas na gestão dos recursos hídricos (Figura 2) e as sobreposições que ocorrem entre estas.

Como podemos perceber observando a figura retirada de Pires do Rio (2001), a espacialidade da bacia hidrográfica, territorialidade rígida de gestão estabelecida pela PNRH, pode circunscrever diversas superfícies de regulação e territórios onde se desenvolvem escalas distintas de ações sociais e/ou políticas. A gestão dos recursos hídricos, nesse sentido, precisa ser pensada em toda a complexidade inerente das relações territoriais dessas arenas, envolvendo os interesses difusos que usam a água de formas singulares (RIBEIRO, 2009,p.114).

A hipótese que lançamos, pensando no cenário apresentado, é de que a materialização rígida de uma espacialidade de gestão pode não somente criar ou acentuar tensões entre os agentes territoriais como mesmo deixar claro a incapacidade do sistema de gestão que, de uma maneira ou de outra e, principalmente em eventos de "crise", acaba sempre atrelado a uma superfície de regulação que tem no Estado Federal a sua grande figura representativa.

Os conflitos podem se dar, nesse sentido, tanto no interior da bacia hidrográfica quanto entre os atores envolvidos nas escalas inter-federativas, o que, de acordo com Pires do Rio et al (2016), envolve tensão entre dois polos extremos: o dos conflitos sob regras e o dos conflitos sobre regras.

Se os conflitos sob regras ocorrem em quadro institucional bem definido, os conflitos sobre regras implicam em contestação das próprias regras que regulam determinada atividade ou superfície (...) A contestação de parte ou do conjunto de regras implica em crise aberta e declarada, enquanto os conflitos sob regras exigem negociação e compromissos legitimados pelas partes envolvidas. Nessa tensão reside a oposição entre: i) a gestão compartilhada de um recurso específico, que é relativamente escasso e, por isso mesmo, demanda regras claras e bem determinadas; e ii) as diferentes organizações e esferas de poder que afetam, influenciam e pressionam o poder público para a reelaboração de regras de apropriação ou para a transferência de volumes maiores desses mesmos recursos. (Ibid, p.107).

Pensando na crise hídrica do Sudeste brasileiro temos então aqueles conflitos que se deram no interior das bacias hidrográficas envolvidas, os que ocorreram entre "elas" e aqueles de natureza maior que envolveram uma escala institucional federal.

Os principais conflitos que se deram no interior das bacias dizem respeito aos usos em si, à vivência local e/ou regional que cada ator ou grupo social teve do período de estiagem, influenciado, conseqüentemente, pelas escolhas de gerenciamento que os atores políticos de cada estado fizeram. A região metropolitana de São Paulo ocupou posição central nesse sentido, talvez por ser aquela com maior concentração populacional e de indústrias. Durante meses pudemos acompanhar no noticiário das grandes mídias, diariamente, a exposição de situações onde a população de bairros inteiros se via dias sem ter uma gota de água caindo na torneira e das ações individuais que estavam sendo realizadas para economizar água, porém, não é tão fácil recordar das

notícias de indústrias instalando sistemas de reuso da água. De certo modo isso já pode mesmo ser incremento de investigação da real abrangência da seca.

Diversas soluções foram propostas então pelos governos e pela Sabesp, companhia de abastecimento de São Paulo:

Em entrevista a vários jornais, as soluções apontadas por representantes da companhia de abastecimento de água de São Paulo, a Sabesp, tendem a reproduzir soluções amplamente conhecidas: a interligação de bacias – do rio Atibainha ao rio Jaguari e do rio Pequeno à Represa Billings –, a construção da adutora Jaguari-Atibaia, que implica na captação de águas do Paraíba do Sul, e a abertura de 24 poços artesianos no Aquífero Guarani. Essas medidas dizem respeito à ampliação da oferta de água para duas áreas metropolitanas: a de Campinas e a de São Paulo (PIRES DO RIO *et al.*, 2016, p.1).

Tais propostas surgiram como resposta à situação de crise, no entanto, já haviam sido expostas em outros momentos e servido mesmo como alimento para conflitos entre o estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro, cujo trecho da bacia do Rio Paraíba do Sul seria diretamente afetada com redução de volume.

Vemos que a escala de disputa não se detém às residências que vivenciam a falta de água ou às indústrias que precisam reorganizar a produção. Podemos mesmo dizer que as verdadeiras disputas, dadas entre os atores que possuem cotas reais de oportunidade para nelas se lançar, ocorrem exatamente na ordem dos atores políticos envolvidos na gestão das duas maiores regiões metropolitanas do país, que, juntas, concentram boa parte do PIB nacional.

Segundo Pires do Rio *et al.* (2016) essa escala de negociação evidencia que a estrutura regulatória da Lei das Águas não dá conta de situações que exigem, na verdade, uma organização institucional complexa que vá além da rigidez espacial da bacia hidrográfica enquanto território de gestão. Ainda segundo os autores, a demonstração de que os diálogos, quando existiram, não se deram na escala local, mas e nem tampouco entre as bacias envolvidas, mas sim na regionalidade das regiões metropolitanas que antes de disputar água, disputavam autonomia e soberania político-econômica.

Muitos autores já reforçaram o modelo de gestão de águas por bacia hidrográfica como aquele que responde mais amplamente aos pressupostos de descentralização (CUNHA e COELHO, 2003). Entretanto, a crise no abastecimento de água que se intensificou a partir do setembro de 2014 indica justamente o contrário. As respostas mais imediatas foram articuladas pelos governos dos três estados, reforçando seu caráter regional e a centralização da condução das negociações entre partes interessadas. Onde estão, nesse contexto da crise, os princípios longamente repetidos de descentralização e participação da Lei das Águas? É sintomática a falta de relevância de instâncias como comitês de bacia e agências reguladoras de serviços de saneamento no desenrolar da crise e nas propostas de solução (PIRES DO RIO *et al.*, 2016, p.110-111).

Nesse sentido podemos dizer que a atual estrutura jurídico-institucional da água no Brasil, possibilitado pela descentralização, não atende de forma satisfatória ou mesmo democrática as escalas territoriais locais ou mesmo contempla os conflitos e demandas que ocorrem no interior das bacias hidrográficas, espaço de gestão por excelência. Tal fato foi evidenciado pelo cenário de crise instaurado no Sudeste brasileiro e reforça a necessidade de criação de uma agenda produzida pelos atores sociais que são aqueles que, em primeira instância, vivenciam a distribuição desigual da escassez.

## **8 REGIÃO HIDROGRÁFICA DA ILHA GRANDE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS PRELIMINARES**

Como vimos na exposição acima o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil é passível, por si só, de diversas interpretações e apropriações. Os órgãos colegiados escolhidos para gerir tais recursos, em primeira instância, ainda são muito incipientes e não suportam as responsabilidades conferidas por um processo de descentralização fragilizado.

Junta-se a isso as complexidades físicas e sociais que cada sistema hidrográfico apresenta e um modelo político viciado e o que temos é uma colcha de retalhos onde alguns pedaços são melhor costurados que outros, mas com fragilidades em todo o tecido que aparecem de acordo com o peso colocado sobre este e com a capacidade de resistência de cada retalho, individualmente.

Entender tais fragilidades do sistema e, conseqüentemente, os processos endógenos de resiliência e/ou resistência de um lado, e as forças que pesam em contrapartida, por outro, é um esforço que move o atual estudo. A este interessa os remendos, as linhas e estampas menos visíveis que não são, de modo algum, menos importantes que as demais.

No atual estágio da pesquisa, após inúmeros trabalhos de campo, idas a eventos e congressos de Recursos Hídricos e Encontros Nacionais e Regionais de Comitês de Bacias Hidrográficas, pôde-se traçar um cenário preliminar que nos norteia para as próximas etapas e que demonstra, cada vez mais, a necessidade de se ver as situações de crise hídrica como territórios acirrados de disputa que evidenciam a geografia desigual de acesso e distribuição do recurso água, essencialmente bem de uso comum.

Na região de estudo, a Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, composta pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba, não é diferente. Território historicamente palco de disputas acirradas pelo uso da água, tanto pelas condicionantes físicas, quanto pelas apropriações fundiárias conturbadas, a Baía da Ilha Grande se torna um imenso desafio de gestão para o Comitê local.

Nascido em 2012, este ainda não conta com seu Plano de Recursos Hídricos, o que o deixa de mãos atadas para tomar decisões. Além disso o órgão passou um período de 6 meses sem agência delegatária, ou seja, sem seu braço executivo. Atualmente tem como Agência de Água a AGEVAP, empresa responsável pelo serviço executivo de grande parte dos Comitês de Bacia do estado do Rio de Janeiro, sendo ela a única instituição a concorrer ao edital.

Não obstante a situação de crise hídrica, os Comitês do Rio de Janeiro, de forma geral, vivenciam uma grande crise financeira. Após manobra política o Estado confiscou a receita do FUNDRHI (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), deixando os Comitês em situação de precariedade evidente.

Tal confisco afetou profundamente o Comitê BIG (Baía da Ilha Grande), que está paralisado sem ter como arcar com as despesas mais básicas.

No entanto as demandas não esperam e os problemas são diários: contaminação de rio no centro de Paraty por esgoto in natura de uma Unidade de Saúde, falta de água nas comunidades caiçaras mais isoladas; captação ilegal de canais de água em todo o território de Angra dos Reis; mortes infantis por diarreia no bairro de Trindade/Paraty; privatização de Unidade de Conservação na Ilha Grande, entre tantas outras questões que merecem atenção incondicional e comprometimento do órgãos gestores envolvidos.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes mesmo da tão propagada crise hídrica no Sudeste Brasileiro a região da Baía da Ilha Grande já era palco de inúmeros conflitos relacionados aos recursos hídricos que evidenciavam a falta de um espaço efetivo de negociação e mesmo de gerenciamento que levasse em consideração as diversas demandas e pautas vindas dos variados grupos sociais. Conflitos não somente relacionados à falta de água, como na comunidade caiçara de Ponta Grossa, em Paraty, e no bairro do Frade, em Angra dos Reis, mas também aos usos múltiplos e ao acesso desigual, na disputa concreta entre pescadores, Poder Público e EletroNuclear.

O Comitê de Bacia da Ilha Grande, por sua vez, não é um espaço isolado dos territórios que se perpassam e se sobrepõem e carrega em sua veia essas disputas representadas legitimamente pelos diversos integrantes de sua Plenária.

No pouco tempo em que essa pesquisa é realizada os pesquisadores já puderam identificar alguns entraves e buracos que deixam esse Fórum de gestão no espaço da teoria e muito pouco perto de alguma prática territorial, no entanto cabe ressaltar que esta é uma "impressão" que merece ser melhor trabalhada e aprofundada, o que de certo resultará em outros desdobramentos ao fim do presente estudo.

**REFERÊNCIAS**

- ACSERALD, H. **Ambientalização das lutas sociais- o caso do movimento por justiça ambiental.** In: Estudos Avançados 24 (68), 2010.
- BORDALO, C. A. L. **A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil.** Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, n.17. 2008.
- CARVALHO, R. C de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação na questão das águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul.** Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ como requisito para a obtenção do grau em Doutor em Ciências em Planejamento Energético. Rio de Janeiro, 2005.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- GOMES, G. F. **Conflitos socioambientais e o direito à água- Aspectos jurídicos e sociais da Política Nacional de Recursos Hídricos.** Tese apresentada ao curso de Doutorado do PPSS/UFRJ como requisito final para obtenção do grau em Doutor em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2011.
- MACIEL COSTA, M.A. **Os fluxos da água na metrópole.** Tese apresentada ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.
- OFFE, C. **Algumas contradições do Estado social moderno.** In: Offe, C. Trabalho e sociedade. Perspectivas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 113-131, 1981.
- PIRES DO RIO, G. A. . **Gestão de Águas: um desafio geoinstitucional.** In: OLIVEIRA, M P; COELHO, MCN; CORRÊA, A de M. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE, 2008, v. 1, p. 220-236.
- PIRES do RIO, G.A; MOURA, V.P; SOUZA, A.V. **Gestão de Recursos Hídricos: Aspectos Metodológicos** disponível em [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT03/gisela\\_vinicius\\_alba.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT03/gisela_vinicius_alba.pdf), acessado no dia 07/04/2016.



RANDOLPH, R. **Cooperação federativa, arenas sócio-políticas espaciais e arranjos institucionais.** In: RANDOLPH, R; SIQUEIRA, H; OLIVEIRA, A. (Orgs). Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemáticas e desafios. Letra Capital, pp.148-173. Rio de Janeiro, 2014.